

Exportação do Brasil foi a mais afetada pelo ajuste argentino

César Felício
De Buenos Aires

O Brasil arcou com a maior parte do ajuste cambial argentino este ano. As importações argentinas de origem brasileira caíram 16% entre janeiro e agosto, de acordo com dados divulgados ontem pelo Indec, o instituto oficial de estatísticas do país, enquanto a redução global de compras externas da Argentina foi de 7%.

Em termos absolutos, nos oito primeiros meses do ano a Argentina importou US\$ 45 bilhões, ou US\$ 3,5 bilhões a menos que no mesmo período em 2011. No caso de produtos brasileiros, a redução foi de US\$ 2,5 bilhões, com queda de importações de US\$ 14,2 bi-

lhões para US\$ 11,7 bilhões.

Desde fevereiro deste ano, a Argentina introduziu uma série de restrições no comércio exterior, o que provocou reclamações de 40 países na Organização Mundial do Comércio (OMC). A barreira mais relevante foi a criação de uma declaração jurada exigida aos importadores, o que na prática significou a extensão do regime de licenças não automáticas para todos os produtos.

A queda nas importações fez com que o país acumulasse superávit comercial de US\$ 10 bilhões nos primeiros oito meses do ano, compensando a redução de 1% nas exportações, que acumularam US\$ 55 bilhões. O saldo na balança é estratégico para a situação fiscal da Argentina,

que não conta com fontes de financiamentos externos.

“A redução das compras com origem no Brasil foi mais drástica do que a de outros mercados em razão da pauta que existe entre os dois países. A Argentina adquire produtos industrializados e insumos usados para a fabricação de manufaturados, que são exportados para o próprio mercado brasileiro, sobretudo no setor automotivo”, disse o economista Marcelo Elizondo, da consultoria DNI, ex-presidente da Fundação Export Ar, órgão de promoção de exportações do governo argentino.

De acordo com Elizondo, o desaquecimento da economia argentina fez com que se reduzisse a compra de bens de capi-

tal. A desaceleração brasileira freou a indústria automotiva. As exportações argentinas para o Brasil, movidas pelas montadoras, caíram de US\$ 11,3 bilhões para US\$ 10,6 bilhões entre janeiro e agosto. E as restrições governamentais travaram o restante dos negócios.

A redução das importações argentinas, que paralisou negócios como a exportação brasileira de carne suína ou de calçados, fez com que o governo brasileiro começasse a retaliar a Argentina em uma cesta de dez produtos, a maioria deles da agroindústria, a partir de maio.

A partir de junho, os governos dos dois países começaram a negociar diretamente e as vendas do Brasil para a Argentina deixa-

ram de retroagir mês a mês, ainda que permaneçam em níveis muito abaixo dos registrados em comparação com 2011.

Em agosto, por exemplo, as exportações brasileiras para a Argentina ficaram em US\$ 1,6 bilhão. É uma recuperação em relação ao US\$ 1,3 bilhão registrado em junho e o US\$ 1,4 bilhão de julho, mas são US\$ 500 milhões a menos que os US\$ 2,1 bilhões vendidos em agosto do ano passado.

“Os únicos mercados vendedores para a Argentina que se mantiveram ativos em 2012 são os que fornecem derivados de petróleo e gás”, disse Elizondo. De acordo com dados do Indec, as importações argentinas no segmento de energia variaram pouco: de US\$ 6,9 bilhões entre

janeiro e agosto do ano passado para US\$ 7 bilhões este ano.

As importações argentinas da União Europeia subiram 10%, atingindo US\$ 8,4 bilhões. E o fim do acordo automotivo com o México não travou as importações do país de produtos do Naf-ta. As compras com origem no bloco aumentaram 3%, somando US\$ 7,3 bilhões, graças às vendas para os Estados Unidos.

As maiores variações negativas ocorreram em relação a países com uma pauta de exportações de produtos industrializados, semelhante à que o Brasil tem com a Argentina, como a China (queda de compras de US\$ 6,4 bilhões para US\$ 6 bilhões) ou Coreia do Sul (redução de US\$ 1 bilhão para US\$ 750 milhões).

Energia Usinas planejadas para os próximos dez anos inundarão 6.456 km²

Novas hidrelétricas vão alagar área equivalente a dez capitais

Daniel Rittner e André Borges
De Brasília

Uma área de 6.456 quilômetros quadrados deverá ficar debaixo d’água para permitir a geração de energia por 34 novas usinas hidrelétricas em construção ou planejadas para os próximos dez anos. O alagamento necessário para desengavetar todos esses projetos equivale ao território somado de dez capitais brasileiras — São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Recife e Maceió.

Os dados fazem parte do Plano Decenal de Energia, divulgado antontem à noite pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), para o período 2012-2021. Das 34 usinas listadas pelo órgão, 19 ainda não foram sequer licitadas. A maioria está na Amazônia. Outras 15 já tiveram sua construção iniciada, como a de Belo Monte, em andamento no rio Xingu (PA).

O alagamento previsto com a instalação das novas hidrelétri-

cas corresponde a 0,078% de todo o território nacional, segundo a EPE, que menciona outros impactos. Pelo lado negativo, 62 mil pessoas serão diretamente afetadas e haverá uma perda de 3.450 km² — mais de duas vezes a área do município de São Paulo — de vegetação nativa. Pelo lado positivo, 139 mil empregos diretos serão gerados no pico das obras e haverá compensação financeira estimada em mais de R\$ 4 bilhões, dividida entre Estados e municípios.

O ponto em comum entre quase todas as usinas novas são os reservatórios a fio d’água, com dimensões menores, a fim de reduzir a área de inundação. Essa alternativa de engenharia, que serviu de argumento para minimizar os impactos socioambientais e viabilizar as primeiras hidrelétricas de grande porte na Amazônia, agora é alvo de questionamentos por autoridades do setor.

A potência instalada das hidrelétricas aumentará 40% — dos atuais 84 mil para 117 mil megawatts (MW) — entre 2012 e

2021, mas a capacidade de armazenamento dos reservatórios subirá apenas 5% neste período. O governo tem dito que a melhor opção, do ponto de vista de aproveitamento hídrico, seria retomar a construção de usinas com reservatórios maiores.

Sem entrar em polêmica, na minuta do plano decenal submetido à audiência pública, a EPE cita que as usinas a fio d’água têm “grandes alterações de nível dos reservatórios ao longo de curtos ciclos hidrológicos” e requerem “maior despacho térmico para atender às exigências sazonais da carga”.

Para o diretor da Amigos da Terra — Amazônia Brasileira, Roberto Smeraldi, a maior falha do planejamento no setor elétrico é insistir em não atacar as altas perdas técnicas — estimadas em cerca de 20% — das linhas de transmissão, antes de expandir o parque gerador. Ele se diz preocupado com o fato de que o impacto indireto das últimas hidrelétricas de grande porte, como o desmatamento e a ocupação urbana desordenada, tem sido de oito a dez vezes o tamanho dos

reservatórios. “Cada caso é um caso, obviamente depende do nível de antropização (ocupação humana) que já existe e da infraestrutura disponível, mas precisamos entender que o impacto vai muito além da área alagada”, afirma.

Smeraldi diz que, caso o governo atacasse o problema das perdas técnicas no sistema de transmissão, ganharia tempo suficiente para preparar a chegada de novas hidrelétricas, com um trabalho de regularização fundiária e planejamento para evitar o caos social.

Alessandra Cardoso, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), chama a atenção para novos empreendimentos que, até o ano passado, não estavam na lista de prioridades do governo. É o caso de duas megasusinas previstas para o rio Juruena, no Mato Grosso. Juntas, as hidrelétricas de São Simão e Salto Augusto têm potência de 4.970 MW. “Pequenas usinas foram retiradas do planejamento, mas outros projetos bem maiores foram desenhados para a Amazônia”, disse.

EPE projeta volta de gasolina com 25% de álcool em 2013

De Brasília

O governo deu mais um sinal de que pretende incentivar a produção de etanol, numa tentativa de driblar a crise enfrentada pelos usineiros nos últimos anos, com uma situação de falta de oferta e preços altos ao consumidor que levou à recente disparada nas importações de gasolina.

No estudo em que traça cenários até 2021, a Empresa de Pes-

quisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, projeta a volta do teor de álcool anidro misturado à gasolina para 25%, no segundo semestre de 2013. Em outubro do ano passado, a mistura caiu para 20%.

De acordo com as projeções do Plano Decenal de Energia, o etanol voltará a ser mais vantajoso para abastecer veículos “flex fuel”, a partir de 2014. Com isso, a tendência de aumento das im-

portações de gasolina deverá ser interrompida em breve. A EPE prevê déficit de 20 mil barris por dia para atender à demanda interna de gasolina, neste ano, mas enxerga equilíbrio com a oferta em 2013 e pequenas sobras do combustível entre 2014 e 2018.

Enquanto isso, a oferta de etanol crescerá em escala geométrica, nas estimativas da EPE. Sairá da produção nacional de 24,6 bilhões de litros, atualmente, para

45,4 bilhões de litros em 2016 e 68,3 bilhões de litros em 2021.

Entre 2012 e 2014, a estatal de planejamento estima a construção de nove usinas. Depois, projeta-se a construção de dez usinas de etanol por ano. “Nesse cenário, estão incluídas quatro unidades com obras paralisadas em 2011, que podem ser construídas rapidamente, e outros oito projetos com EIA-Rima [estudo e relatório de impacto ambiental]

aprovados”, diz o plano.

Recentemente, funcionários do Ministério de Minas e Energia chegaram até a colocar em xeque o foco dado pela Petrobras em suas novas refinarias, que privilegiam a produção de óleo diesel.

O documento da EPE, no entanto, sugere que a escolha para as refinarias de Pernambuco (Abreu e Lima) e do Rio de Janeiro (Comperj) foi correta. Além de apontar a volta ao equilíbrio en-

tre oferta e demanda de gasolina, o plano decenal lembra que “deverá ser mais conveniente exportar diesel de boa qualidade”. Diz ainda que, caso seja preciso continuar importando gasolina, não haverá dificuldade em termos de suprimento do derivado. “A Europa é estruturalmente exportadora e há expectativa de moderação, ou mesmo redução, da demanda nos EUA — tradicional destino para o excedente europeu.” (DR)

Petroleiros param hoje e bancários têm nova proposta

Carlos Giffoni
De São Paulo

Cerca de 40 mil trabalhadores petroleiros do sistema Petrobras podem parar hoje, por 24 horas, em busca de um avanço nas negociações da campanha salarial deste ano. A data-base dos petroleiros é 1º de setembro. A principal reivindicação da categoria é aumento real de 10% nos salários — a proposta inicial do setor patronal varia entre 0,9% e 1,2% de ganho real. Esse índice de reajuste muda de acordo com o tempo de empresa, a faixa salarial e a região de trabalho. A negociação neste ano trata exclusivamente de questões econômicas, segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP), porque as cláusulas sociais fechadas no ano passado valem até 2013. Os petroleiros de outras empresas não estão participando dessa movimentação.

Enquanto os petroleiros começam sua mobilização, os bancários — em greve desde o dia 18

de setembro — receberam ontem uma nova proposta da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) que elevou para 7,5% o reajuste salarial da categoria, o que implica um aumento real próximo a 2%. Antes, a proposta dos bancos previa 0,58% de correção real dos salários.

A proposta foi apresentada ontem à tarde e a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) irá indicar aos trabalhadores que aceitem os termos da proposta e finalizem a greve. A maioria das assembleias, segundo o presidente da confederação, Carlos Carneiro, deve ocorrer hoje até o fim da tarde.

De acordo com João Antônio de Moraes, coordenador-geral da FUP, a paralisação de 24 horas desta quarta foi aprovada “com folga”, em mais de 90% das assembleias realizadas pela federação em todo o país. Segundo Moraes, existem no Brasil pelo menos 80 mil petroleiros empregados no sistema Petrobras, mas a FUP re-

presenta cerca de 40 mil trabalhadores, que tomam a frente da greve de amanhã. Nesta sexta-feira, o Conselho Deliberativo da FUP volta a se reunir para discutir novas paralisações no caso de o setor patronal não avançar em sua proposta após a greve.

Também em campanha salarial, os metalúrgicos do ABC, filiados à CUT, planejam fazer greve por tempo indeterminado em 32 empresas da base a partir de 1º de outubro, de acordo com o sindicato da categoria. Essas empresas, até agora, não concordaram com o reajuste salarial pedido de 8% — o que representa um ganho real de 2,5%. Nas demais empresas da base sindical, o aumento já foi negociado.

Entre as empresas listadas pelo sindicato em que a greve por tempo indeterminado pode ser decretada a partir de outubro estão WEG, Schuller e Papaiz. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC representa 105 mil trabalhadores. Desses, 35,3 mil, que

trabalham nas montadoras, não estão em negociação neste ano, devido a um acordo válido por dois anos fechado em 2011, que garantiu aumento real de 5% no acumulado do biênio.

Entre os 70 mil metalúrgicos do ABC que entraram na campanha deste ano, 1.200 profissionais do grupo de fundição garantiram os 8% de reajuste salarial. O aditamento da convenção coletiva foi assinado por representantes dos trabalhadores e do setor patronal na tarde de ontem.

Com o avanço das paralisações, as empresas da região começaram a procurar o sindicato para fechar acordos coletivos à revelia das negociações que ainda se desenvolvem para os demais grupos. De acordo com o sindicato, 138 empresas, em que estão distribuídos 31,5 mil trabalhadores, aceitaram a reivindicação dos metalúrgicos até o fim da tarde de segunda-feira. No total, 47% dos trabalhadores que entraram em negociação este ano já fecharam acordo.

Desigualdade no país cai ao menor nível, mostra Ipea

Lucas Marchesini
De Brasília

O salário dos 10% mais pobres da população brasileira cresceu 91,2% entre 2001 e 2011. O movimento engloba cerca de 23,4 milhões de pessoas saindo da pobreza. Já a renda dos 10% mais ricos aumentou 16,6% no período, de forma que o rendimento dos mais pobres cresceu 550% sobre o rendimento dos mais ricos. Os dados são do estudo “A década inclusiva”, apresentado ontem pelo presidente do Instituto de Política Econômica Aplicada (Ipea), Marcelo Neri. O documento usou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Não há, na história brasileira estatisticamente documentada desde 1960, nada similar à redução da desigualdade de renda

observada desde 2001”, disse Neri. “Assim como a China está para o crescimento econômico, o Brasil está para o crescimento social”, completou.

A diminuição da desigualdade, medida pelo coeficiente de Gini, passou de 0,594 em 2001 para 0,527 em 2011. No índice, quanto mais perto de zero, menor a desigualdade entre os mais ricos e os mais pobres do país. “O Brasil está no ponto mais baixo da desigualdade, embora ela ainda seja muito alta”, ressaltou o presidente do Ipea.

O crescimento dos salários é o principal indicador para a melhoria, aponta o estudo. É o que responde por 58% da diminuição. Em segundo lugar vem os rendimentos previdenciários, com 19% de contribuição, seguido pelo Bolsa Família, com 13%. Os 10% restantes são benefícios de prestação continuada e outras rendas.